



VIOLÊNCIA

Morte de atleta revive debate sobre armas

Lei prevê que policiais só podem entrar armados em eventos privados se estiverem a serviço, mas nem sempre é observada

» TAINÁ ANDRADE

O assassinato do campeão mundial de jiu-jitsu Leandro Lo, ocorrido em uma festa particular em São Paulo, no último domingo, por um policial militar armado que estava de folga, Henrique Otavio Oliveira, pôs em evidência uma lacuna entre o entendimento desses profissionais e a lei. As regras em torno do porte de arma a que profissionais da segurança pública estão submetidos é uma polêmica dentro do próprio segmento. De um lado, os policiais têm a prerrogativa de que a arma é um instrumento que auxilia na autodefesa, afinal esse profissional está a todo instante em serviço, por isso acaba sendo obrigado a agir se houver algum problema. De outro, a lei determina o impedimento de ingresso de pessoa armada em locais com aglomeração.

A Lei 10.826/03, que estabelece o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, prevê que os organizadores de eventos em locais fechados, “com aglomeração superior a 1.000 pessoas, adotarão, sob pena de responsabilidade, as providências necessárias para evitar o ingresso de pessoas armadas”. A festa na qual Leandro foi executado com um tiro na cabeça tinha capacidade acima do que a lei permite. “Para qualquer pessoa usar uma arma, um cuidado é exigido, deve ser reobrado, tem que evitar confusões e estar atenta (a pessoa) ao seu entorno. Em uma situação de crime, tem que antever a conduta, nesse caso específico teve a mistura de álcool e arma, o que torna o caso bem pior”, analisou Alan Fernandes,

membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, professor do Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar/SP.

Segundo o advogado da vítima, Ivã Siqueira Júnior, a discussão entre o atleta e o policial começou justamente por causa de bebidas, no momento em que o PM foi em direção à mesa do lutador e mexeu nos combos. O lutador teria reagido com um golpe de jiu-jitsu para imobilizar, mas o policial conseguiu levar Leandro ao chão, chutou a vítima duas vezes e atirou.

Especialistas em segurança pública afirmam que, apesar da expressa ordem na lei, casos de brigas em festa que acabam em tragédia por causa de policiais armados são comuns em todo o Brasil. De acordo com Alan Fernandes, os casos por mau uso de armas de fogo pela Polícia Militar paulista, de modo geral, são em torno de 600 por ano. O **Correio** solicitou à corporação dados sobre a quantidade de processos administrativos abertos em casos envolvendo profissionais armados durante folga, mas, até o fechamento desta edição, não houve resposta ao questionamento.

Em alguns estados, medidas preventivas foram tomadas para diminuir a incidência desse tipo de crime. No Rio de Janeiro, por exemplo, é proibido o ingresso de armas em boates e estabelecimentos fechados. Os proprietários são obrigados a preparar um cofre individual para que o responsável pela arma seja obrigado a deixar o objeto até a saída do evento. “Misturar arma, álcool e aglomeração é uma combinação explosiva. A possibilidade de causar mortes é muito grande, a gente tem visto muitos

Ronaldo Silva/Futura Press



Alvejado por um PM à paisana durante um show, no domingo, o campeão mundial de Jiu-Jitsu Leandro Lo foi sepultado ontem em São Paulo

casos de policiais tendo esse tipo de atitude ultimamente. Isso liga um alerta sobre o estado mental desses profissionais. Há, cada vez mais, casos desse tipo em várias esferas da polícia”, pontuou Roberto Uchôa, policial federal e autor do livro *Armas para quem? A busca por armas de fogo*.

Flávio Werneck, Presidente da Associação Nacional dos Escrivães da Polícia Federal (ANEPF),

diz que os policiais podem ingressar em locais fechados com armas desde que estejam em serviço, e identificados pelo uniforme. “O policial não tem que provar que está em serviço. Nesse caso, ficou bem claro que o PM não estava, porque nenhum policial faz trabalho dentro de boate. Ele não estava com uniforme e, como não é da área de inteligência, não poderia estar

à paisana, tinha que estar com uniforme”, explicou.

Enterro

Henrique Oliveira, o PM responsável pela morte, tem 30 anos e está preso. Ele se entregou na Corregedoria da corporação ainda no domingo e foi indiciado por assassinato por motivo fútil. Leandro foi enterrado ontem, às

16h, em São Paulo. A banda que os dois, vítima e agressor, foram prestigiar fez um lamento formal pelos stories das redes sociais. “O grupo Pixote lamenta profundamente o ocorrido ontem no Clube Sírio, em São Paulo, onde estávamos nos apresentando. Nossos sentimentos aos familiares e amigos do lutador Leandro Lo. Desejamos luz e paz neste momento”, disseram.

TRAGÉDIA SOCIAL

Pobreza se espalha pelas metrópoles

» ISADORA ALBERNAZ*

Um estudo divulgado ontem revelou que cerca de 23% da população brasileira que vivia em metrópoles, em 2021, se encontrava em situação de pobreza. O número, que representa quase 20 milhões de pessoas, é o maior da série histórica desde 2012. Outra estatística que também registrou recorde durante o período foi a de indivíduos na faixa de extrema pobreza. De acordo com a pesquisa, mais de 5 milhões de brasileiros, o que corresponde a 6,3% dos residentes dos grandes centros urbanos, estavam entre a parcela mais vulnerável da população.

Os dados são resultados de um trabalho feito em colaboração por três instituições nacionais — o Observatório das Metrópoles do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL) — e foram compilados no nono boletim *Desigualdade nas Metrópoles*.

Para as análises, foram utilizadas estatísticas anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (Pnad) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 20 Regiões Metropolitanas entre os anos de 2012 e 2021. Segundo o boletim, uma das vantagens da Pnad é que ela traz informações de outras fontes de renda mensal per capita das famílias brasileiras, para além dos rendimentos de empregos, como auxílios de programas sociais, aposentadoria, seguro-desemprego, entre outros. Atualmente, quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das regiões metropolitanas do país.

Crise

Segundo o professor Andre Ricardo Salata, um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo, os números podem ser explicados por quatro fatores principais. “Além da crise de 2014, do enfraquecimento das políticas públicas e do choque da pandemia, tem outro fator importante: a inflação. Em 2021, você teve um impacto da inflação que interrompeu a recuperação da renda das famílias brasileiras. Além disso, em 2021, tivemos a decisão do governo de interromper

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Número de pobres nas regiões metropolitanas é o maior desde 2012

o auxílio emergencial de forma abrupta”, disse.

De acordo com a socióloga da Universidade de Brasília (UnB) Hayeska Barroso, a pandemia representou não apenas uma crise sanitária, mas também social e econômica, que afetou classes sociais de diferentes formas. “As crises tendem a tolher as próprias condições de vida da população mais pobre, e ali está em jogo viver ou morrer literalmente de fome, fazer uma refeição por dia ou fazer uma refeição sem ter a certeza do que vai comer a próxima. Isso não alcança, por exemplo, os mais ricos”, afirmou.

Em relação à pandemia, o pesquisador Andre Salata destacou a importância do auxílio emergencial, que, segundo ele, “segurou” a desigualdade social em 2020: “A situação piorou muito em 2021,

devido à interrupção do auxílio, que volta depois, mas com valores reduzidos, por isso vemos um salto (da taxa de pobreza).”

A pesquisa ainda mostrou que mais da metade das pessoas em situação de extrema pobreza, isto é, 3,1 milhões de indivíduos, passou a integrar essa condição nos últimos sete anos. Desse total, 1,6 milhões foram apenas em 2021. O rendimento médio das famílias brasileiras também foi muito impactado durante esse período, sendo o menor desde 2012: R\$ 1.698. A parcela mais pobre da população dos grandes centros urbanos do Brasil, que corresponde a 40% do estrato social, possui rendimento médio inferior a um salário mínimo, com apenas R\$ 396,10.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

Desigualdade regional

Os índices também escancararam uma desigualdade regional no país. Nas regiões metropolitanas do Norte e do Nordeste do Brasil, mais de um terço da população vive em situação de pobreza, com exceção apenas de Fortaleza e Natal. Na Grande São Luís e em Manaus, 40% das pessoas vivem na camada mais vulnerável da sociedade.

De acordo com Salata, a taxa de pobreza responde por dois fatores: primeiro, pelo volume de recursos, ou seja, o quão rica é uma metrópole, e, segundo, o quão bem ou mal essa cidade distribui seus recursos. Para ele, é possível compreender o contexto das regiões Norte e Nordeste quando analisadas essas questões. “Nessas regiões, você tem uma renda média mais baixa, e, além disso, uma pior distribuição de renda, ou seja, uma desigualdade maior. Quando você junta esses dois fatores, o esperado é que você tenha taxas de pobreza maiores. A estrutura econômica dessas localidades contribui para isso”, explicou.

A pesquisa Desigualdade nas Metrópoles também delineou a concentração de renda no Brasil. De acordo com dados do boletim, em 2021, 10% dos mais ricos ganhavam, em média, 19,1 vezes mais do que os 40% mais pobres do país. Essa foi a maior razão de rendimento médio entre os estratos sociais da série histórica

de 2012 até o ano de 2021.

Outro dado relevante, o coeficiente de Gini — índice, que, quanto mais próximo de 1, mostra maior desigualdade social — atinge 0,565 para o conjunto das regiões metropolitanas do país. Em 2014, esse número era de 0,538.

Para Salata, entender as metrópoles é fundamental para entender o Brasil. “Elas têm um peso político e econômico muito relevante. Estamos falando das regiões mais ricas, mas vemos indicadores sociais muito negativos, como os que a gente vem destacando nos nossos boletins”, afirmou.

Hayeska Barroso também destacou que para entender o empobrecimento da população urbana é preciso entender o desenvolvimento dos grandes centros. “A gente tem que voltar algumas casas dentro do processo histórico para poder entender quais são as condições sociais, históricas, políticas e culturais de formação das cidades no Brasil, que é marcada por um desenvolvimento desordenado, por um processo de ocupação e de estabelecimento de moradias também de maneira desordenada”, argumentou.

“A gente não tem um acompanhamento no mesmo ritmo da garantia das condições de vida e de políticas sociais que deem conta de atender as demandas dessa população urbana”, completou ela. (IA)